

**PLANEJAMENTO URBANO E A POLÍTICA HABITACIONAL EM
MACAPÁ: a análise do direito à moradia no Conjunto Açucena sob a
ótica da nova agenda urbana**

**URBAN PLANNING AND HOUSING POLICY IN MACAPÁ: the analysis of the
right to housing in Joint Açucena from the viewpoint of the new urban agenda**

**POLÍTICA DE URBANISMO Y VIVIENDA EN MACAPÁ: el análisis del derecho
a la vivienda en Conjunto Açucena desde la mirada de la nueva agenda urbana**

José Alberto Tostes

Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana-Cuba – ISA/CUBA. Professor Titular nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.
tostes.jj@terra.com.br

Ana Paula Cunha Tavares

Arquiteta e Urbanista, Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.
anapaulatvc@gmail.com

Recebido: 11/07/2022; Aceito: 20/10/2022; Publicado: 17/01/2023.

RESUMO

Compreender a dinâmica habitacional da cidade de Macapá pressupõe a análise de seu processo histórico de planejamento urbano. A densidade urbana e habitacional do estado do Amapá e de sua capital está diretamente relacionada às políticas regionais implantadas. Em razão disso, surgiram as iniciativas públicas para a construção de conjuntos habitacionais visando responder às demandas da população por moradia e infraestrutura básica com expressivas intervenções. O método de análise foi o lógico-histórico e dialético para confrontar as contradições sobre a política habitacional. A metodologia utilizada foi a análise de trabalhos científicos já produzidos sobre o tema e documentos oficiais e os projetos dos empreendimentos de habitação de interesse social. Os objetivos do artigo visam discutir como a implantação de políticas habitacionais em Macapá, a partir do programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal, impactaram a estrutura urbana de Macapá e a melhoria de vida da população local, destacando o caso de análise do Conjunto Açucena, concluído em 2018. A relevância do tema é demonstrar os contrapontos de projetos habitacionais de interesse social a partir da visão da Nova Agenda Urbana.

Palavras-chave: Amapá; Crescimento Urbano; Habitação Social.

ABSTRACT

Understanding the housing dynamics of the city of Macapá presupposes the analysis of its historical urban planning process. The urban and housing density of Amapá state and the capital are directly related to the regional policies implemented. As a result, public initiatives emerged for housing complexes constructions, aiming to respond to the populational demands for housing and basic infrastructure with significant interventions. The method of analysis was logical-historical and dialectical to confront the contradictions about housing policy. The methodology used was the analysis of scientific works already produced on the subject and official documents and projects of social interest housing projects. The article aims to discuss how the implementation of housing

policies in Macapá, from the federal government “Minha Casa Minha Vida” program, impacted the urban structure of Macapá and the improvement of life for the local population, highlighting the case of analysis of the Complex Açucena completed in 2018. The relevance of the theme is to demonstrate the counterpoints of housing projects of social interest from the vision of the New Urban Agenda.

Keywords: Amapá; Urban Growth; Social Habitation.

RESUMEN

Comprender la dinámica habitacional de la ciudad de Macapá presupone el análisis de su proceso histórico de planificación urbana. La densidad urbana y habitacional del estado de Amapá y su capital está directamente involucrada con las políticas regionales implementadas. Como resultado de esto, surgieron iniciativas públicas para la construcción de conjuntos habitacionales, con el objetivo de dar respuesta a las demandas de vivienda e infraestructura básica de la población con intervenciones significativas. El método de análisis fue lógico-histórico y dialéctico para enfrentar las contradicciones sobre la política habitacional. La metodología utilizada fue el análisis de trabajos científicos ya producidos sobre el tema y documentos oficiales y proyectos de proyectos habitacionales de interés social. El artículo tiene como objetivo discutir cómo la implementación de las políticas de vivienda en Macapá, del programa “Minha Casa Minha Vida” del gobierno federal, impactó la estructura urbana de Macapá y la mejora de la vida de la población local, destacando el caso de análisis del conjunto habitacional Açucena que finalizó en 2018. La relevancia del tema es demostrar los contrapuntos de los proyectos habitacionales de interés social desde la visión de la Nueva Agenda Urbana.

Palabras clave: Amapá; Crecimiento Urbano; Habitación Social.

INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades brasileiras vem crescendo em larga escala nas últimas décadas. O crescimento das cidades atrelado às fragilidades de políticas de planejamento urbano resultou em diversos problemas de ordem social, econômica, ambiental e urbana. A questão habitacional é um deles, estando diretamente associada ao crescimento das populações urbanas que geram déficits habitacionais consideráveis e à ocupação de áreas inadequadas à moradia e sem infraestrutura. Segundo o IBGE (2015), em seus indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), o estado do Amapá ficou nas últimas colocações quanto aos índices de domicílios adequados à moradia, com um percentual de 19,7% das habitações consideradas adequadas ao uso.

Em Macapá, com a dinâmica de crescimento populacional impressa no tecido urbano, sobretudo a partir da década de 1990, a desigualdade socioespacial se tornou mais evidente e intensificou o processo de expansão urbana, estimulando a criação de loteamentos e iniciativas de habitação social destinadas a trabalhadores de baixa renda. Segundo Silva (2017, p. 433), a partir de 2011 notaram-se mudanças no processo de urbanização de Macapá, com a maior presença de serviços ligados a meios técnico-científicos-informacionais e a mudança no papel do Estado quanto à condução do

processo de expansão urbana, devido ao aparecimento de construtoras e incorporadoras que vêm agindo como agentes na promoção da expansão urbana e expansão da cidade (ANDRADE, 2007).

Neste contexto surgiram as iniciativas de construção de conjuntos de habitação social promovida pelo Governo do Estado e pela prefeitura municipal de Macapá, fazendo parte do programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida” que visa, segundo o Manual do Beneficiário do programa, atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade (TOSTES, 2018b).

Contudo, segundo Ferreira et al. (2017, p. 16), os modelos dos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos em Macapá são projetos arquitetônicos pensados dentro de uma política urbana que entende habitação apenas na perspectiva do lote construído e na quantidade de moradias postas no mesmo espaço. Sendo assim, têm se tornado objetos postos em meio urbano que não dialogam diretamente com a cidade, tendendo a fragmentar o espaço urbano e não se consolidar como factuais espaços de integração e promoção social de moradia adequada. Logo, se entende que há muitos pontos a serem considerados quando se pensa na construção de moradias sociais.

Maricato (2013, p. 129) reforça esta abordagem comentando que “os mais importantes programas de política habitacional já empreendidos no Brasil não lograram reverter a tendência de crescimento das favelas e da periferização urbana”, inferindo que ainda há um longo processo até o desenvolvimento de possíveis soluções que corroborem de fato com caminhos de resolução desta questão. Ferreira et al. (2017, p. 07) concordam com esta visão ao comentarem que, apesar de tais programas constituírem uma modalidade de ocupação formal e legal, eles têm se transformado em espaços segregados, constituindo um modelo de política que não caracteriza a moradia como um direito fundamental, autônomo, com promoção de inclusão social.

Além disto, a implantação de tais iniciativas gera grande impacto nas redes urbanas, o que precisa ser considerado ainda em seu planejamento. Ao se aglomerarem dezenas de famílias em um limitado espaço da cidade, uma conjuntura de fatores deve acompanhar a movimentação: melhoria das redes de transporte público na região, ampliação de redes de distribuição de água e esgoto, facilidade de acesso a equipamentos públicos de apoio (escolas, postos de saúde, posto de polícia), dentre outros, fazendo parte de não só uma política habitacional como também de planejamento urbano.

O artigo está constituído de quatro partes: o primeiro tópico é sobre a discussão teórica sobre planejamento urbano e a habitação social no Brasil; o segundo é sobre o

planejamento urbano e seus entraves no contexto amapaense; o terceiro é sobre a política habitacional no estado do Amapá; e o quarto é a análise do conjunto habitacional Açucena.

O método de análise foi o lógico histórico-dialético para aferir as contradições sobre os programas habitacionais. A metodologia utilizada foi a análise de trabalhos científicos já produzidos sobre o tema e de documentos importantes como os projetos habitacionais de conjuntos habitacionais construídos na cidade de Macapá, o projeto do conjunto habitacional Açucena, o Estatuto da Cidade, Plano Diretor do Município de Macapá e as leis complementares.

A importância do trabalho está na constatação da dissociação entre os princípios do direito à moradia defendidos na Nova Agenda Urbana, de Quito no Equador, em atender aspectos importantes em relação ao acesso à moradia, principalmente para aquelas pessoas que se encontram em condições de vulnerabilidade social. O artigo apresenta o contraponto entre uma área para 1.500 famílias, que no planejamento desconsiderou as populações mais carentes do entorno vivendo em áreas úmidas, em condições completamente inóspitas.

PLANEJAMENTO URBANO E A HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A cidade é um espaço dinâmico que se molda ao longo dos anos através de usos e desusos de seu espaço pelo poder público, pelo capital e pela população que ali reside. É um lugar complexo, lócus do capitalismo, o qual se consolida como ator determinante para a organização espacial. O crescimento urbano nas cidades brasileiras se tornou mais evidente a partir da década de 1960, com a atuação do capital na industrialização do país, o que estimulou uma forte dinâmica migratória para as cidades e o crescimento das áreas urbanas (Gráfico 1).

Gráfico 01 – Distribuição da população brasileira e dos municípios - 2018



Fonte: IBGE, 2018.

Segundo dados do IBGE (2018), até 1960, a população brasileira era predominantemente rural. Quando se chegou na década de 1970 se percebeu que a população urbana se sobrepôs, marcando a transição de um Brasil rural para um Brasil predominantemente urbano. Em 2020, a distribuição da população por domicílio e municípios com 500 mil habitantes já alcançou próximo de 70 milhões.

A explosão demográfica apresentada resultou na ocupação desordenada das cidades e influenciou diretamente na geração de demandas por planejamento urbano e infraestrutura. Monte-Mór (2006) comenta que a configuração urbana das cidades brasileiras foi influenciada por diversas correntes urbanistas, com destaque da vertente progressista, que organizou algumas cidades a partir de uma lógica produtiva industrial. Apesar de o Brasil experimentar o planejamento urbano desde o final do século XIX, é a partir deste momento que ele ganhou nova conotação e tomou um papel mais proeminente, como instrumento de regulação na busca pela organização espacial.

Ferrari Junior (2004, p. 18) define que:

O Planejamento Urbano no Brasil foi pautado em instrumentos urbanísticos, tendo nos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo seus representantes mais pragmáticos, que se tornaram “opções” mais que perfeitas para solucionar as mazelas sociais. Contudo, muitos desses planos só tiveram a pretensão de guiar a orientação ao ambiente construído não enfrentando as questões sociais.

O autor entende que a forma como o planejamento foi pensado para as cidades brasileiras priorizou a ordenação do território e sua configuração formal, desconsiderando a vivência do espaço e sua população. Outro fator a ser considerado é a atuação do capital, que implica diretamente sobre a produção do espaço, a partir de uma lógica progressista e mercantilista atrelada aos parâmetros de planejamento definidos pelo poder público.

No Brasil e em outras partes do mundo, os pressupostos progressistas prevaleceram na organização da cidade grande, materializados no zoneamento e controle do uso do solo. O zoneamento e a regulação do uso do solo urbano visavam resolver uma contradição central da cidade capitalista: o conflito entre a propriedade privada do solo e as demandas coletivas de integração e resposta à cooperação implícita no espaço urbano. A criação de comissões e/ou órgãos técnicos de planejamento local respondiam ao caráter supostamente isento e independente face aos interesses específicos, mascarando de fato o processo de despolitização que se impôs à cidade e sua expansão, subordinando-a cada vez mais às necessidades das várias frações do capital e das classes dominantes (MONTE-MÓR, 2006).

Como consequência, Ferreira et al. (2017, p. 04) comentam que o modelo de desenvolvimento urbano impresso no Brasil produziu uma tipologia de cidade marcada pela segregação espacial, de presente informalidade e ilegalidade fundiária, precárias condições de habitação, infraestrutura e transporte, além de carente de equipamentos e serviços urbanos, materializando não só desigualdades espaciais, mas também econômicas, sociais, políticas e culturais. Deste modo, são criados, conforme definido por Villaça (2001), padrões de segregação dentro do espaço intraurbano das cidades, imprimindo padrões desiguais de ocupação.

Isto posto, entende-se que o processo de desigualdade socioespacial é fruto de características segregadoras impressas em nosso processo de planejamento urbano, fruto de mecanismos construídos para o atendimento dos interesses do capital. Barcellos e Barcellos (2004, p. 132) inferem que há formas mais eficazes de planejamento, se levada em consideração a ótica sistêmica, que se contrapõe à visão reducionista do planejamento limitado à alta administração de organizações públicas e privadas e considera o aprendizado coletivo e o envolvimento de diferentes grupos heterogêneos, gerando um processo contínuo, integrador e multidisciplinar. Contudo, o planejamento urbano brasileiro ainda caminha a passos lentos nesta mudança de paradigma, imprimindo até os dias de hoje cidades pouco articuladas quanto ao planejamento integrado (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

Com isso, diversos problemas na forma como as cidades brasileiras foram sendo ordenadas despontam ao longo dos anos e um dos mais expressivos é a carência quanto à moradia, que imprime tanto informalidade quanto precariedade de habitações, refletindo diretamente sobre altos índices de déficit habitacional nacional. Segundo o Relatório do Déficit Habitacional do Brasil em 2015, elaborado pela fundação João Pinheiro (2018), há um déficit estimado de 5.572 milhões domicílios nas áreas urbanas.

A região Sudeste desponta com o maior índice desse déficit, com 43,7% do total, seguido pelo Nordeste com 25,8%, Sul com 12%, Centro-Oeste e Norte com 9,06% cada. Tais números imprimem uma deficiência quanto ao acesso à moradia, fruto de um processo de instituição da informalidade e precariedade das habitações urbanas, indo no sentido contrário ao que determina o Estatuto da Cidade quanto ao direito social, quanto à cidade e à moradia digna, acompanhados de fragilidades quanto à infraestrutura urbana de saneamento, transporte, saúde, educação.

Bonduki (1994, p. 724) destaca que até a década de 1930 a participação estatal na produção de moradia era pequena e tal atividade era delegada às iniciativas privadas. Com a inserção de governos populistas no cenário governamental, a partir do governo de Getúlio

Vargas, tal perspectiva se transformou e houve o reconhecimento oficial da necessidade de equação da questão habitacional por parte das políticas públicas, a progressiva redução dos investimentos privados na produção habitacional. Entretanto, as iniciativas tomadas eram desarticuladas, emanadas de diferentes órgãos e interesses políticos.

Institucionalmente, há um marco nas visões do poder público quanto às políticas de provisão de habitação social a partir de 2001, com a criação do Estatuto da Cidade através da Lei 10.257/2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. O documento visou à democratização da gestão das cidades brasileiras e a efetivação da gestão democrática da cidade e a inclusão da participação popular nos processos decisórios e deu ênfase a questões como acesso à moradia e qualidade da habitação.

Com a criação do Ministério das Cidades, em 2004, surgiu a Política Nacional da Habitação (PNH) que têm como principal objetivo a garantia do acesso à habitação digna, sobretudo às camadas de baixa renda, considerando a necessidade de integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano, junto à cooperação entre entes federativos para a mobilização de recursos. Junto a esta política foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social que, de acordo com a CNM (2013), tem como finalidade principal unir recursos de diferentes fontes para que sejam destinados ao subsídio da população de mais baixa renda, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro.

O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) é uma das ferramentas mais importantes da Política Nacional da Habitação. Segundo o Ministério das Cidades (2010), seu principal objetivo é formular uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do país, direcionando da melhor maneira possível os recursos existentes e a serem mobilizados, e apresentando uma estratégia nos quatro eixos estruturadores da política habitacional: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil. Com ele se pretende programar um conjunto de ações capazes de construir um caminho que permita avançar no sentido de atingir o principal objetivo da PNH: universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro.

Seguindo a lógica de provisão de moradias, em 2009 foi criado o Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Segundo a Lei 12.424/2011, ele tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. Tal programa é vigente até os dias atuais e impactou diretamente sobre a construção de habitações sociais, sobretudo nos

últimos dez anos. Contudo, a iniciativa é falha em diversos aspectos, principalmente no cumprimento do princípio básico da habitação: a qualidade, não só construtiva, mas de inserção social e urbana.

Bonduki (2009) comenta que o PMCMV surgiu em meio a uma crise econômica, junto à disposição do governo em dinamizar a construção civil. Desta maneira, é implementado de maneira rápida e sem o planejamento a longo prazo e as alternativas habitacionais previstas anteriormente no PlanHab:

O PlanHab previu um leque de alternativas habitacionais a custos unitários mais reduzidos (como lotes urbanizados e/ou material de construção com assistência técnica), com potencial de atender um número maior de famílias; já o *Minha Casa, Minha Vida* fixou-se na produção de unidades prontas, mais ao gosto do setor da construção civil. Dessa forma, as metas quantitativas do programa, malgrado a enorme disponibilidade de recursos para subsídio, são tímidas nas faixas de renda mais baixas, pois o valor unitário médio do subsídio é mais elevado do que seria necessário numa estratégia que objetivasse garantir o direito à moradia para todos. A localização dos empreendimentos poderá ser inadequada, em áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos, correndo o risco, ainda, de gerar impactos negativos como a elevação do preço da terra, que representaria a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa.

Infere-se que, apesar do PMCMV ser o principal objeto de planejamento e ação governamental para redução do déficit habitacional, possui lacunas em sua forma de implementação e planejamento, oriundas ainda de uma lógica capitalista que amplia as faixas de renda atingidas pelo programa, resultando no atendimento parcial das reais camadas de baixa renda da população, impactando sobre os baixos índices de redução das pressões urbanas quanto às habitações informais nas cidades. Além disso, em geral é um projeto instalado com modelos definidos pela alta administração, com parâmetros pré-estabelecidos de construção que atendem às exigências dos órgãos de financiamento, sem, no entanto, haver uma flexibilidade quanto à adaptabilidade local.

O PLANEJAMENTO URBANO E SEUS ENTRAVES NO CONTEXTO AMAPAENSE

O estado do Amapá é oriundo de um longo processo de transformações territoriais. Seu trajeto de independência federativa teve início em 1943, quando foi elevado à condição de território federal, desmembrando-se do estado do Pará, quando ocorreram os primeiros

investimentos mais centralizados e voltados ao desenvolvimento local, sobretudo na cidade de Macapá. Em 1988, após algumas décadas, sua condição foi transformada para Estado, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento nacional pós-ditadura militar (SILVA, 2017). Neste contexto, o estado vem se consolidando, com base em políticas e planejamentos que pouco foram favoráveis a seu processo de desenvolvimento e instalação de infraestrutura urbana, social e ambiental adequadas ao contexto local (TOSTES, 2006).

Como um estado relativamente novo, o Amapá integra uma realidade regional de forte influência e dependência da União na implantação de políticas públicas e projetos, muitas vezes vendidos como portadores de um suposto desenvolvimento social e econômico que, no entanto, nem sempre se concretizam da forma esperada. Tostes (2014a, p. 01) enfatiza que é expressiva a presença do Estado Brasileiro na formação e caracterização da região, deixando claro os baixos níveis de autonomia do Amapá, o que constrói uma perspectiva de implantação de decisões que pouco consideram a realidade local e primam pelo atendimento de interesses dentro da formação espacial, econômica e de infraestrutura.

Porto et al. (2009, p. 02) elucidam que desde a colonização do espaço amapaense foram impostos novos ritmos às dinâmicas espaciais preexistentes pelo modelo de exploração, ocupação, defesa e administração injungida ao seu território. Com a criação do Território Federal do Amapá, diretrizes políticas, administrativas e de infraestrutura foram ali pensadas e desenvolvidas pelo Governo Federal, quando são implantados “ajustes espaciais” com a finalidade de criação de condições para que o capital se manifestasse e ganhasse movimento, surgindo um cenário propício à exploração e não ao desenvolvimento, mantendo o Amapá em atraso em relação a outros entes federativos. Porto (2006, p. 23) complementa afirmando que houve propostas de planejamento do espaço, mas se percebe que são carregadas somente de intenções elaboradas pelos dirigentes, considerando o forte vínculo das propostas de investimento e de desenvolvimento às decisões federais (Gráfico 2).

Tostes, Souza e Ferreira (2015, p. 149-150) corroboram com esta visão e complementam explicando que parte dos problemas que são identificados no espaço amapaense tem como origem a baixa capacidade de planejamento dos gestores públicos locais, além da pouca integração com políticas regionais. Os autores ainda comentam que os baixos índices de capacidade técnica nos municípios amapaenses e o baixo grau de participação da população nas decisões governamentais estão claramente refletidos nas propostas idealizadas, contribuindo para sua limitada efetividade. Ademais, o processo de formação amapaense ainda foi entrelaçado a surtos de crescimento demográfico,

intensificados sobretudo a partir da década de 1990 com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), que colaboraram para a desestruturação dos municípios do Amapá.

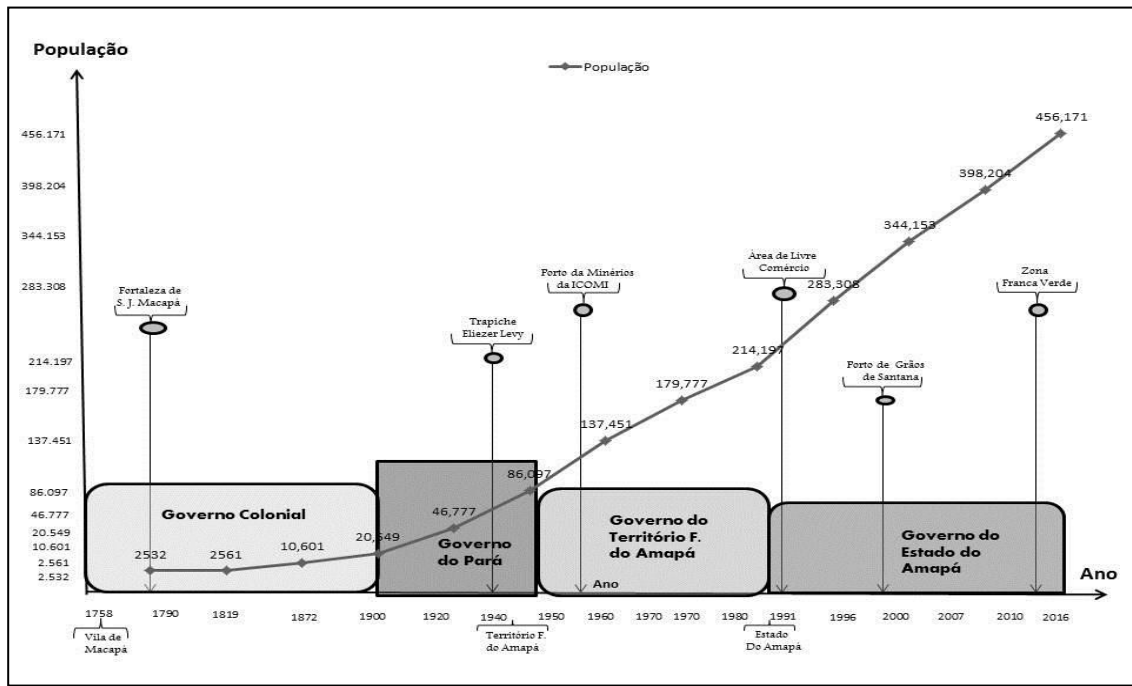


Gráfico 2 – Disposição temporal da cidade de Macapá e principais eventos econômicos e administrativos
Fonte: Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração: Tostes e Feijão, 2019.

Em um contexto mais centralizado, o exercício do planejamento, ou a falta dele, é mais expressivo nos municípios de Macapá e Santana, as duas maiores cidades do estado que juntas concentram mais de 80% da população local, bem como as maiores iniciativas de infraestrutura e organização espacial. Verifica-se que houve um grande crescimento das duas cidades em um curto espaço de tempo, ocasionando um crescimento urbano conturbado e desordenado que não foi acompanhado por políticas públicas adequadas. Tostes, Souza e Ferreira (2015, p. 149-153) discutem que esta grande concentração de população nestas áreas urbanas demonstram uma forte desigualdade territorial e social no Amapá e ampliam problemas sociais com “poucas oportunidades de trabalho e renda, insuficiência de habitações adequadas, deficiência e/ou insuficiência de transporte público, saneamento deficiente, insuficiência e deficiências em serviços educacionais e de saúde”.

Tal quadro reflete todo um processo de formação territorial ainda em curso que precisa ser repensado. A falta de efetividade no planejamento, as fragilidades institucionais e as ações que pouco são pensadas no âmbito local são questões que impactam diretamente na forma como o Amapá tem se organizado territorialmente e administrativamente, refletindo diretamente sobre um estado em aparente fragmentação de planejamento,

pensado muitas vezes sob uma perspectiva puramente econômica. Percebe-se que se faz necessária uma nova forma de olhar o território, entendendo suas potencialidades e as melhores formas para o seu desenvolvimento, sendo pensado de uma forma integrada entre os diferentes atores e municípios que fazem parte desta realidade.

A POLÍTICA HABITACIONAL NO AMAPÁ

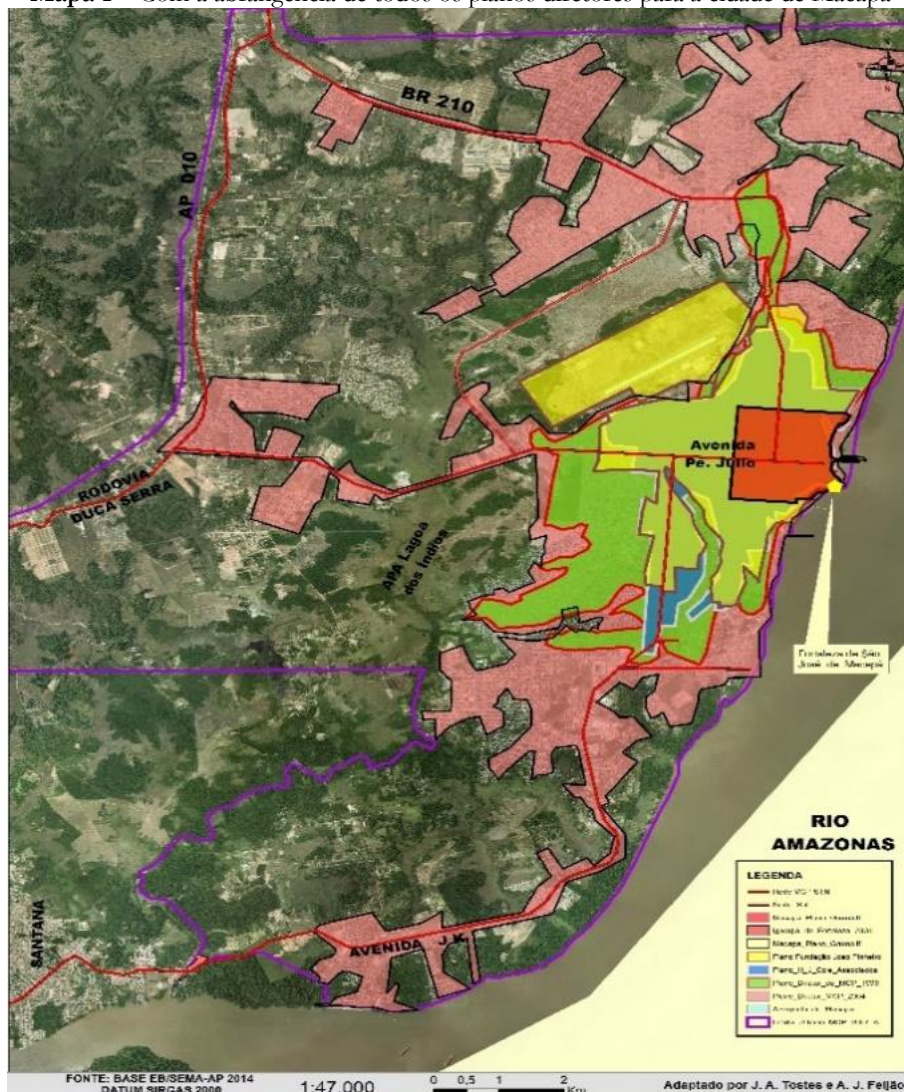
Segundo Tostes e Luz (2014, p. 06), os investimentos governamentais em moradias tiveram início no Amapá na década de 1980, com o governo do então Território Federal. Um dos primeiros conjuntos implantados no período foi o “Cabralzinho”, localizado na Zona Oeste da cidade, seguido pelos conjuntos “Laurindo Banha” e “Boné Azul”, localizados respectivamente na zona sul e norte da cidade. Todos foram locados em áreas de expansão da cidade, desprovidos de infraestrutura de suporte, tornando-se apenas bairros dormitórios.

A materialização do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU), desenvolvido pela Fundação João Pinheiro em 1973, foi determinante para a implantação de tais iniciativas (Mapa1). Tostes (2006, p. 95) indica que o plano promoveu a seleção de áreas de expansão urbana propícias para a implantação de núcleos habitacionais seguindo critérios como: topografia relativamente plana; distância razoável da área urbanizada e com adequado acesso; facilidade para extensão da infraestrutura; obediência do zoneamento proposto para a cidade, servindo apenas os setores indicados para ocupação residencial ou expansão urbana.

Sendo assim, foram selecionados os bairros do Congós, Buritizal, Lagoa dos Índios, Pedrinhas e Elesbão, como pontos expansão da cidade, nos quais aos poucos foram implantados os conjuntos Cabralzinho e Parque da Lagoa, na Lagoa dos Índios; Jardim Equatorial, Jardim das Oliveiras, Conjunto Samarino e Jardim Marco Zero no Bairro das Pedrinhas; Conjuntos da EGO e Laurindo Banha no Buritizal e a implantação do próprio Bairro dos Congós. Os conjuntos foram consolidados através da atuação da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e de Urbanização (EMDESUR), como agente financiador junto à Caixa Econômica Federal.

Do ponto de vista formal, foram construídas entre 1000 e 1500 unidades habitacionais financiadas pelo governo federal através da EMDESUR (Empresa Municipal de Desenvolvimento e Urbanização da Prefeitura de Macapá); com a abertura do loteamento Jardim Felicidade, criaram-se mais de 2 mil lotes de terra. Assim, neste período oportunizou-se atender (de acordo com os cálculos do IBGE) cerca de 15 a 20 mil pessoas.

Mapa 1 – Com a abrangência de todos os planos diretores para a cidade de Macapá



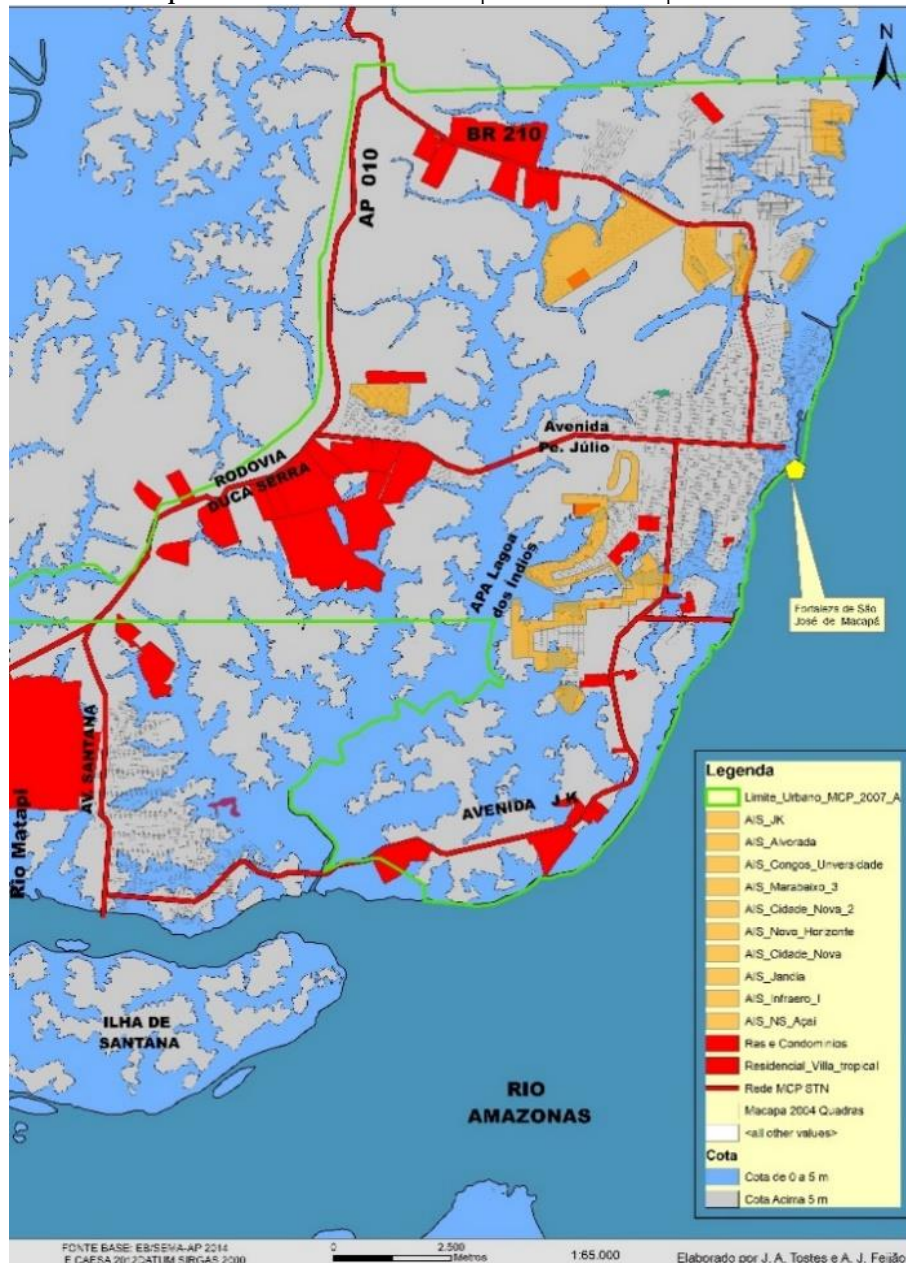
Fonte: Base Sirgas. Adaptação: Tostes e Feijão, 2019.

Este número é expressivo se considerarmos as demandas sempre crescentes em relação ao considerado déficit habitacional. Porém, pode-se considerar que, apesar deste número, já nesta década iniciou-se um processo gradual de ocupação das chamadas áreas de ressacas, isso ocorreu em vários pontos da cidade e um dos locais mais atingidos foi a ressaca do Chico Dias e dos Congós, além das áreas mais próximas ao Canal do Jandiá – inaugurou-se a “campanha” sucessiva de aterramento destas áreas (TOSTES, 2012).

Na década de 1990, com a elevação do território para Estado, uma série de transformações ocorreu na conjuntura urbana da cidade de Macapá e o processo migratório de populações oriundas das ilhas do Pará e estados próximos, como o Maranhão, se intensificaram. A criação da Área de livre Comércio de Macapá e Santana dinamizou ainda mais este processo, impactando sobre a maior ocupação de áreas consideradas irregulares para a moradia, as áreas de ressaca.

Tostes (2012) complementa afirmando que neste momento prevaleceu muito mais a habitação informal do que formal, devido aos reduzidos recursos para investimento em habitação formal, a falta de regularização fundiária da cidade, a limitação do perímetro urbano, o aumento da oferta de loteamentos públicos e privados sem infraestrutura.

Mapa 2 – Sistema modal de transportes entre Macapá e Santana



Fonte: Base Sirgas. Adaptação: Tostes e Feijão, 2019.

Com um governo estadual em consolidação, frágeis eram os níveis de organização e planejamento governamental. Com a explosão demográfica inesperada, era muito difícil que a administração pública conseguisse acompanhar o ritmo de crescimento populacional, logo a cidade se desordenou e deu-se início a processos determinantes para a estrutura

urbana atual, com um hiato nas políticas de habitação para Macapá e o aumento do déficit habitacional (Mapa 2).

Nos anos 2000, com o advento do Estatuto da Cidade, uma nova perspectiva para a habitação surgiu no estado. Com a obrigatoriedade da elaboração de novos planos diretores, de inserção participativa de todos os setores sociais, foi realizado o Plano Diretor Participativo de Macapá no ano de 2004. Vários investimentos foram realizados entre 2000 e 2018, as áreas destacadas na cor vermelha evidenciam como foram expressivos os loteamentos privados e públicos. Apesar de não ser um instrumento que representou uma grande mudança institucional, estabeleceu delimitações e novas zonas urbanas para Macapá com um o zoneamento urbano das áreas de expansão da cidade, normas para uso e ocupação do solo que ainda hoje são utilizadas e servem de suporte para a implementação das novas perspectivas para conjuntos habitacionais no estado, a partir da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 e Programa “Minha Casa, Minha Vida” em 2009.

Em 2011, a Prefeitura de Macapá inaugurou o primeiro exemplar de conjunto habitacional construído através do programa e a primeira iniciativa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado, o Conjunto Habitacional Mucajá com 592 unidades habitacionais, divididas em 37 blocos, cada um com quatro pavimentos e 16 apartamentos. Cada unidade possui 47,76 m² de área total e 37,33 m² de área útil, contendo 02 quartos, sala, cozinha, banheiro social e área de serviço.

Está localizado, segundo documentos da prefeitura, na zona sul de Macapá em área poligonal de entorno da área urbana central, no Lote 9 da rua Jovino Dinoá, no Bairro do Beiril, distante 2 km do centro da cidade. Sua localização pode ser considerada privilegiada, estando em um dos poucos bairros da cidade providos de esgotamento sanitário público, além de contar com distribuição de energia, água encanada e estar próximo à orla urbana. Foi construído no mesmo local onde anteriormente havia a Vila do Mucajá, onde segundo documentos oficiais residiam 1.097 famílias.

Seu projeto foi executado parcialmente, considerando que ainda havia uma segunda fase das obras que abrangeria uma área de lazer e integração com a orla de Macapá. Mas, entraves administrativos e com moradores que recusaram deixar suas moradias impediram a execução completa do complexo. Atualmente, a falta de manutenção nas estruturas implica em diversas reclamações dos moradores, que vão desde rachaduras, a infiltrações e problemas na fiação elétrica.

Em 2013 foi inaugurado o segundo conjunto habitacional na cidade, o Residencial Mestre Oscar. Localizado no bairro do Ipê, zona norte de Macapá, o residencial Mestre

Oscar abrange 528 unidades habitacionais térreas, construídas com o recurso de R\$ 20,59 milhões do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal em parceria com a Prefeitura de Macapá. Diferente do conjunto anterior, está localizado em uma zona distante da área urbana central e carece de todo um conjunto de serviços de transporte público e mobilidade, para o mínimo atendimento das condições relacionadas ao direito à cidade pelos seus moradores, apresentando uma dissociação quanto ao conjunto da cidade.

Em seguida, no ano de 2014 foi inaugurada a primeira fase do Conjunto Habitacional Macapaba, o maior já instalado no perímetro urbano de Macapá, localizado na BR-210, também na zona norte da cidade. O empreendimento se dividiu em duas fases distintas: a primeira beneficiando 2.148 famílias, distribuídas em 164 casas e 1.984 apartamentos; e a segunda inaugurada em julho de 2017, que entregou mais 2.218 unidades habitacionais, totalizando entre as duas etapas de execução, 4.366 famílias (SANTOS, 2017, p. 03). O projeto contempla ainda áreas institucionais para locação de equipamentos de creche, escolas, posto de saúde, postos policiais, além de áreas para a recreação e atividades comunitárias. Estima-se que o conjunto quando ocupado em sua capacidade total abrigará cerca de 32 mil habitantes.

Ao analisarmos tal quantitativo se verifica que a iniciativa praticamente cria uma microcidade dentro do espaço urbano de Macapá, que exige não só o planejamento e execução de seu projeto como um todo, como a adaptação de toda a infraestrutura urbana e de serviços a ponto de suportar as demandas de um aglomerado urbano tão denso. De acordo com Tostes e Luz (2014, p. 07), o Macapaba reflete uma lógica de reprodução de conjuntos habitacionais que vem se repetindo no contexto local.

Este empreendimento representa um volume significativo de recursos, porém, apresenta em tela os antigos e velhos problemas da relação entre a cidade e o edifício. A proposta possui uma dissociação entre a área escolhida e o planejamento urbano idealizado pelo poder público, coloca em debate o claro confronto entre a necessidade de construir um maior número possível de habitações formais e, por outro lado, o descumprimento de regras claras descritas na legislação vigente, tal fato vem conduzindo a política habitacional para um modelo insustentável em todo o país. O exemplo do Conjunto Macapaba é apenas um fragmento da análise sobre como ocorrem os projetos financiados pelo próprio governo federal com profundas contradições, a principal é a que coloca em segundo plano a execução do planejamento urbano (TOSTES; LUZ, 2014).

Em 2016 ainda houve a inauguração de mais um conjunto habitacional, de coordenação da prefeitura municipal, o Conjunto São José, também parte do programa “Minha Casa, Minha Vida”. Tido como a maior obra habitacional de iniciativa municipal,

possui 1.440 unidades habitacionais, divididas em 72 blocos com 5 pavimentos e 4 apartamentos em cada andar, seguindo o modelo construtivo de prédios residenciais de habitação social já implantados anteriormente. Localizado no bairro do Buritizal, encontra-se na zona sul de Macapá e possui boa articulação com o centro da cidade, bem como áreas comerciais, institucionais; ocupa uma área de 77.57,37 m², antes ocupada por habitações informais por invasão.

O mais recente empreendimento, inaugurado em fevereiro de 2018, foi o conjunto habitacional Jardim Açucena. Com a oferta de mais 1500 unidades de moradia social, contemplado com blocos com área de lazer, centros comunitários e áreas para a construção de duas escolas. Localizado também na zona sul de Macapá, no Bairro Nova Esperança, assim como o São José, possui localização privilegiada quanto ao acesso ao perímetro urbano central da cidade.

Ferreira et al. (2017, p. 12) discorrem que tal empreendimento é bem servido quanto à localização. Entretanto, seu grande problema não é este, e sim, o grande adensamento populacional em uma área de cerca de 100.000 m², que anteriormente não possuía uma concentração habitacional nem perto desta marca. Logo, fica clara a pressão urbana gerada por iniciativas deste porte, tendendo a sufocar as demandas por infraestrutura, equipamentos e serviços públicos em seu entorno, que não são otimizados mesmo com tamanha mudança.

Neste conjunto de empreendimentos destacados foram geradas 8.426 unidades habitacionais e novos projetos estão em execução na estrutura urbana da cidade, como o Conjunto Miracema, localizado na Rodovia Norte/Sul, que pretende alcançar a construção de 5.000 unidades habitacionais, 500 delas na primeira fase já em andamento; e o Residencial Janary Nunes, edificado ao longo da Rodovia Juscelino Kubitschek, no distrito da Fazendinha, que objetiva em sua fase final a conclusão de mais 500 unidades habitacionais, totalizando em números absolutos quase 15.000 moradias geradas e diversos pontos de adensamento populacional sobre a malha urbana de Macapá, já sufocada.

ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL AÇUCENA SOB A ÓTICA DA NOVA AGENDA URBANA

O Conjunto Habitacional Jardim Açucena, localizado na zona sul de Macapá no bairro Novo Buritizal, é um projeto concluído em 2018 e contemplou 1.500 famílias. Este projeto dentro do Programa Minha Casa Minha Vida foi selecionado para este artigo, pois, trata-se de avaliar a maneira como a política habitacional é definida. A contradição da execução do

Conjunto Açucena está no fato de existir uma área úmida conhecida como Ressaca nas imediações da construção do conjunto, conforme ilustra o (Figura 1) (TOSTES, 2018 b).

Figura 1 – Imagem de localização Conjunto Jardim Açucena e Ressaca Chico Dias em Macapá



Fonte: SEMA, 2014/base SIRGAS, 2000. Elaboração: autores, 2016.

De acordo com Ferreira et al. (2017), a ressaca Chico Dias é uma área que vem sofrendo forte antropização, conforme pode ser observado na Figura 2. No período de 1985 a 2002 houve modificação drástica do ambiente natural, tomado pela ocupação humana com a construção de moradias irregulares se expandindo sobre a área. Este processo de degradação ambiental e descaracterização continuou avançando e, de 2002 a 2014, tem-se outro recorte significativo de ocupação reduzindo a ressaca a uma parcela mínima. A área que comporta a construção do conjunto habitacional Jardim Açucena encontra-se no limite entre a parte da ressaca já ocupada e a faixa verde ainda não ocupada. A ressaca Chico Dias possui uma área de 1.148.594 m², dos quais 81,61% são de vegetação e água, 14,72% de área habitada, 3,20% de solo exposto e 0,11% de rua com asfalto.

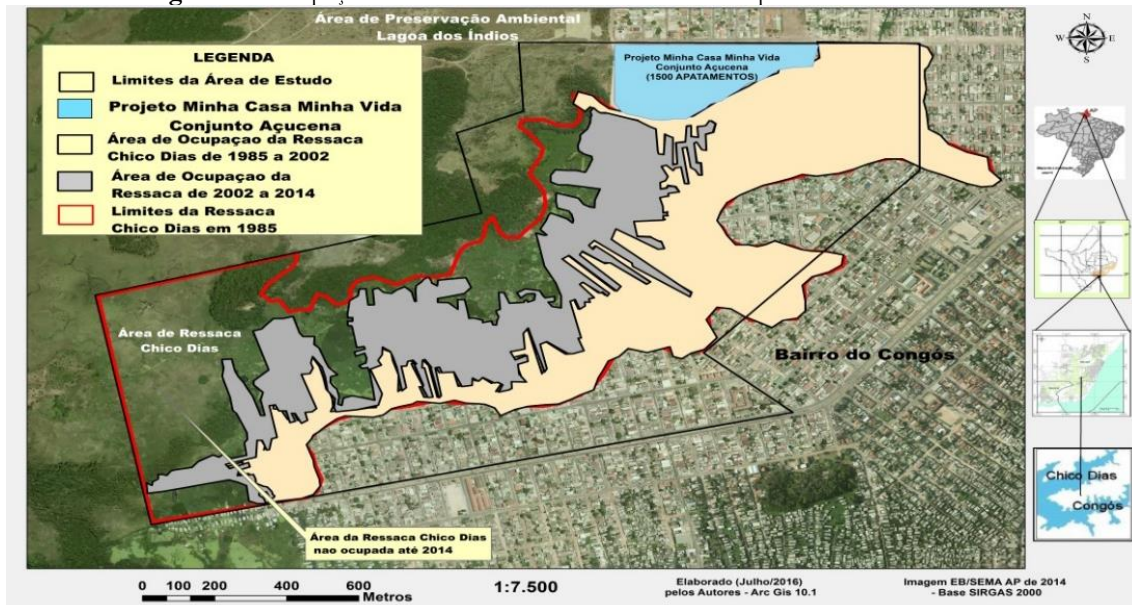
O projeto Açucena na cidade de Macapá está a cerca de 10 a 20 minutos do centro da cidade. Todavia, este caso é bem peculiar pela forma como os beneficiários do conjunto foram relacionados, desconsiderando a área do entorno. A legislação prevê que esta área é uma Subzona de Proteção Especial (SPE), entretanto, há uma discrepância entre o cumprimento da legislação e o crescimento da ocupação na área da ressaca Chico Dias (Figura 2).

Ferreira et al. (2017), conforme os estudos realizados na área de intervenção, afirmam que:

Gera certa estranheza constatar que a construção do conjunto habitacional Jardim Açucena tem seu limite territorial na área delimitada pelo Plano Diretor como sendo SPE e não está sendo construído, por exemplo, em uma área de SPIU constante no plano. Sobre a demanda por equipamentos e serviços nota-se

que os equipamentos urbanos identificados em um raio de 1.700 metros de área de entorno do Açucena irão sofrer forte impacto pelo aumento da demanda e ao mesmo tempo irão representar dificuldades para os moradores que necessitarem de serviços básicos como o transporte coletivo. As paradas de ônibus, por exemplo, existem apenas em uma das vias centrais do bairro na Av. Claudomiro de Moraes, fato que representa um deslocamento longo dos moradores até esses pontos e por ser considerada uma área com pontos sensíveis de violência: tráfico de drogas, assaltos, pontos de prostituição e presença de usuários de drogas nas ruas, os moradores ficarão expostos a todas estas externalidades negativas (FERREIRA et al., 2017, p. 13-14).

Figura 2 – Ocupações informais na ressaca Chico Dias no período de 2002 a 2014



Fonte: SEMA, 2014/base SIRGAS, 2000. Elaboração: Ferreira, Feijão e Tostes (2016).

Outro aspecto identificado pelos autores foi a ausência de área de convivência e de lazer, sendo detectada no raio estabelecido apenas uma praça no bairro Nova Esperança, considerada a mais próxima. Escolas e creches também representam equipamentos a serem demandados e as poucas existentes comportam de forma precária o atendimento das necessidades da atual população; e no caso das creches constata-se a existência de um déficit na prestação deste serviço (Figura 3).

Os impactos estão por conta da forte demanda para uma única unidade de saúde existente para atender à confluência de três bairros, bem como aspectos relacionados à segurança pública. Ferreira et al. (2017, p. 14-15) enfatizam que:

Do ponto vista comercial a nova população do conjunto pode representar o fortalecimento da rede comercial já existente e ampliação da rede de serviços para outras atividades, porém, poderá simultaneamente fomentar as atividades informais haja vista que a própria população leva consigo as atividades que já executavam nos seus locais de origem como pequenas vendas, mini comércios e outros. Observa-se que o projeto Jardim Açucena ao ser analisado do ponto de vista do planejamento urbano e ambiental vai desencadear uma série de pressões socioambientais que podem em longo prazo representar um desafio para a gestão municipal no sentido de garantir a qualidade do ambiente urbano para tal localidade.

Figura 3 – Mapeamento dos equipamentos no perímetro de 1700m do conjunto Açucena



Fonte: Base SIRGAS, 2000 e pesquisa de campo. Elaboração: Ferreira, Feijão e Tostes (2016).

A construção do conjunto Jardim Açucena isola uma parte da ressaca Chico Dias e ao mesmo tempo nega a função paisagística de uma área verde localizada dentro do perímetro urbano de Macapá, bem como sua função na regulação microclimática da cidade. Tal constatação vai de encontro ao disposto na lei municipal nº 030 de 2004, que trata sobre o parcelamento do solo urbano de Macapá, na qual está previsto que deve ser evitado sempre que possível a fragmentação da cobertura vegetal das áreas de ressaca. Áreas de ressaca são caracterizadas no artigo 5º § 4º por áreas que se comportam como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária. Um dos objetivos do plano diretor é a proteção ambiental das ressacas, evitando a ocupação por usos e atividades que venham a causar sua degradação.

Há controvérsias sobre a escolha do lugar onde foi construído o Conjunto Açucena, tal fato se deve às definições existentes na Lei do Plano Diretor que define as chamadas áreas de ressaca como patrimônio natural paisagístico da cidade de Macapá, além

dos dispositivos relacionados à proteção de faixa de segurança verde no perímetro.

O Conjunto Açucena foi concluído em 2018, portanto, dois anos após o Habitat III realizado na cidade de Quito, no Equador. Os princípios garantidos no evento do Equador como a inclusão social, equidade social e a sustentabilidade urbana não foram garantidos neste empreendimento habitacional. Ao lado do Conjunto Açucena, mais de mil famílias vivendo em condições de vulnerabilidade social e econômica, nenhuma delas conseguiu ser contemplada com uma unidade habitacional (TOSTES, 2018 a).

O que fica evidente com esta constatação é que os princípios importantes do direito à moradia ainda estão limitados ao exercício de poder sem considerar os fatores da equidade social. Portanto, a sustentabilidade urbana aplicada nas cidades não pode desconsiderar fatores imprescindíveis como a participação e a equidade social (Figura 4).

Figura 4 – Registro fotográfico da área antes e depois de iniciada as obras do projeto Jardim Açucena



Fonte: Ferreira, Feijão e Tostes, 2016.

O caso do Conjunto Açucena na cidade de Macapá ainda é um dos equívocos da política habitacional no Brasil, a habitação dissociada de todo um contexto. O relatório da PNUD Brasil (2020) evidencia que este cenário é preocupante em relação a duas condições: a primeira é a extrema pobreza; e a segunda os ambientes em completa vulnerabilidade social. Por este aspecto que a meta do Habitat III, do direito à moradia de forma digna, passa essencialmente por mudanças e transformações nas ações que serão promovidas pelos governantes com a participação popular. No caso brasileiro, é

um fator mais agravante porque mais de 18 milhões de brasileiros vivem em condições completamente inóspitas (IBGE, 2018).

A constatação em 2021, dois anos e meio após a conclusão do Conjunto Habitacional Açucena, é que o fato de estar mais próximo do núcleo central da cidade de Macapá não garantiu melhores condições para os ocupantes do conjunto. As dificuldades já relatadas por Ferreira et al. (2017) não só aumentaram como agravaram vários outros pontos importantes, como as condições de acessibilidade, mobilidade urbana e acesso aos equipamentos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas habitacionais para a cidade de Macapá estão em amplo e pleno desenvolvimento dentro de um curto período, comparado às outras capitais brasileiras. Se considerarmos que o déficit habitacional no Amapá em 2015 era de 29.248 domicílios, 94% deste valor em áreas urbanas, estamos caminhando a largos passos para a proviniência das unidades habitacionais necessárias antes do esperado. Contudo, gerar moradias apenas como unidades habitacionais não é o suficiente para uma real promoção de uma política social urbana que reflita na habitação de qualidade.

Alguns autores criticam as políticas habitacionais, entendendo que tais intervenções se baseiam apenas na promoção pública, sem, no entanto, considerar fatores locais, por vezes os governos tomam por referência para a implementação de tais contrapartidas o conceito de unidade residencial e não de habitat, além de se limitarem a experiências pontuais.

Tal fator fomenta a reprodução de um formato de habitação que aglutina e amontoa as pessoas em espaços mínimos com reduzida área de integração. Um modelo com ausência de espaço público; situação alheia ao entorno; carências de mobiliário urbano; desconsideração sobre os índices de trabalho informal; condições alheias à cultura local.

Os modelos de conjuntos habitacionais construídos em Macapá, em sua grande maioria, estão localizados em pontos relativamente interligados à realidade urbana central. Contudo, pouco dialogam com a cidade e com um conjunto organizacional que deve vir atrelado à sua implantação. Não basta que sejam pensados dentro de seu lote urbano de ocupação, precisam também ser conformados a partir da perspectiva da integração local, sem precarizar ainda mais as infraestruturas de apoio e equipamentos urbanos já em processo de defasagem e degradação. Outro ponto a ser considerado é a gestão de tais

empreendimentos no pós-ocupação, para que possam fazer parte de uma política de gestão integrada para sua manutenção, em parceria da administração pública com lideranças comunitárias.

As iniciativas de promoção de habitação precisam estar conectadas ao planejamento urbano da cidade e à comunidade para que alcancem todo o seu potencial para aqueles que ali vivem. Habitar com qualidade é mais do que simplesmente morar, é ter próximo todos os equipamentos necessários ao bem-estar social e à qualidade de vida, inseridos em uma rede urbana integrada e planejada em equilíbrio com o meio ambiente para reprodução do tão almejado bem-estar social e factual redução do déficit habitacional.

Com relação em atender os princípios da Nova Agenda Urbana, de fatores como a equidade social e a sustentabilidade, pode-se afirmar que, apesar de o projeto Açucena ter sua origem anterior ao evento de Quito no Equador, vários fatores poderiam ter sido incorporados na execução desse conjunto residencial. Todavia, os atenuantes mais graves já estavam consolidados como público beneficiado em detrimento de milhares de moradores que já viviam no entorno e morando em condições bem vulneráveis.

O Ministério Público e a Justiça Federal no estado do Amapá a partir de 2019 já vêm adotando critérios de acordo com o que define a Nova Agenda Urbana, os beneficiários de áreas consideradas vulneráveis passaram a ser contemplados com a oferta de habitação de interesse social. Esse fato ocorreu a partir da mobilização de diversos atores, inclusive a Universidade Federal do Amapá que teve um amplo protagonismo em diversos projetos com a efetiva participação popular.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. E. de S. Avaliação pós-ocupação de conjuntos habitacionais populares implantados pelo Programa Viver Melhor no Candeal Pequeno. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 39-52, 2007.

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 82, 01 maio 2009. Disponível em: <<https://teoriadebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. **Análise Social**, São Paulo, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Política Nacional de Habitação: o atual cenário das políticas do setor habitacional e suas implicações para os municípios brasileiros**. Brasília: Estudos Técnicos CNM, 2013. v. 3. p. 139-152.

FERRARI JÚNIOR, J. C. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, v. 2, n. 1, p. 15-28, jun. 2004.

FERREIRA, S. [et al.]. Habitar é mais que morar: o caso do Jardim Açucena na cidade de Macapá. ENANPUR - Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?, 17, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório do Déficit Habitacional do Brasil em 2015**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)**. Rio de Janeiro: Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia, 2015. 352 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, n. 10). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: MinC, 2010. 212 p. (Versão para debates, maio de 2010).

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Ed.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85.

PORTO, J. L. R. **(Re) construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais**. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4).

PORTO, J. L. R.; MENDONÇA, M. J. T.; AZEVEDO, L. R.; ARAUJO, M. W. R. Dilemas territoriais amapaenses: a (des) configuração de um estado em construção. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideu. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/13.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SANTOS, N. V. dos. O projeto de trabalho técnico social no Conjunto Habitacional Macapaba: limites e possibilidades no desenvolvimento da política pública de moradia popular. CONGRESO ALAS URUGUAY, 31, 2017, Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2017.

SILVA, E. C. da. A urbanização em Macapá após a criação do estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 21, n. 2, p. 428-441, jan./dez. 2017.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá**: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: J. A. Tostes, 2006.

_____. **Trajatória e reflexões sobre a habitação no período de 1980 a 2010 – Parte V**. 2012. Disponível em: <<https://josealbertostes.blogspot.com/2012/04/trajetoria-e-reflexoes-sobre-habitacao.html>>. Acesso em: 29 ago. 2018a.

_____. **Cidades Planejadas na Amazônia**. 2012. Disponível em: <<https://josealbertostes.blogspot.com.br/2012/02/cidades-planejadas-na-amazonia.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018b.

TOSTES, J. A.; LUZ, R. S. Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 3, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 2014.

TOSTES, J. A.; SOUZA, A. C. M.; FERREIRA, J. F. C. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 8, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2015.

TOSTES, J. A.; FEIJÃO, A. da. O projeto da Zona Franca Verde e suas repercussões espaciais das cidades de Macapá e Santana. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 23-50, jan. 2019.

Como citar:

ABNT

TOSTES, J. A.; TAVARES, A. P. C. Planejamento urbano e a política habitacional em Macapá: a análise do direito à moradia no Conjunto Açucena sob a ótica da nova agenda urbana. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. esp., e2023.08, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.08>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

APA

Tostes, J. A., & Tavares, A. P. C. Planejamento urbano e a política habitacional em Macapá: a análise do direito à moradia no Conjunto Açucena sob a ótica da nova agenda urbana. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 9, n. esp., e2023.08, 2023. Recuperado em 18 janeiro, 2023, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.08>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.

